

Possibilidades de real superação da crise boliviana

*Maria Clara de Paula
17/06/05*

Se olharmos a crise boliviana por uma perspectiva temporal bem definida, restrita aos acontecimentos mais recentes, poderíamos chegar a uma precipitada conclusão de que se trata de crise do modelo neoliberal no país, tendo como causas diretas as reformas e privatizações da década de 90, e deflagrada pela percepção da população de que o desenvolvimento só será alcançado por meio de nacionalismo exacerbado.

Por outro lado, ao lançarmos mão de uma perspectiva mais histórica e estrutural da crise, podemos entender que seus elementos não são apenas provenientes da adoção de políticas neoliberais, pois eles já estavam presentes no país desde sua construção como Estado soberano.

Não foi apenas a exploração do gás natural por empresas estrangeiras que acentuou o sentimento nacionalista dos bolivianos, foi também a exploração anterior de sua prata e estanho, que, da mesma forma, beneficiou apenas alguns poucos setores da população. Além disso, o descontentamento dos indígenas com as desigualdades sociais - apesar de ter atingido, nos dois últimos meses, seu ápice, ao lado da deflagração de confrontos violentos – acompanha a Bolívia na maior parte de sua história.

Caso tal percepção de crise fosse melhor compreendida pelos bolivianos, as chances de conseguirem melhorar as condições econômicas, sociais e políticas do país – o mais pobre da América do Sul – seriam maiores. Ao contrário, o entendimento de que a principal causa da crise é o liberalismo e a exploração estrangeira e de que essa crise terminará se a nacionalização das empresas de hidrocarbonetos for empreendida pode acabar apenas trazendo a volta do padrão de normalidade de funcionamento do país. Padrão esse marcado por golpes de estado, revoltas, ingovernabilidade, desigualdades sociais e pobreza em face de oscilações de crises de distribuição, legitimidade, autoridade e identidade.

Isto porque problemas estruturais não podem ser resolvidos de forma tão simples, apenas por meio da expulsão das multinacionais do país e por algumas medidas políticas paliativas. Suas soluções precisam ser construídas de forma gradual, e para isso são indispensáveis os investimentos estrangeiros e o comércio internacional, os quais têm o potencial de aumentar o produto do país e, conseqüentemente, o bem-estar de sua população.

A aprovação da Lei dos Hidrocarbonetos na Bolívia, aliada às últimas tensões políticas, teve como conseqüência o adiamento de planos de investimentos da Petrobrás da ordem de \$ 1,3 bilhões em instalações de gás natural no país, além de ter levado os governos do Brasil e da Argentina a reavaliarem seus planos de investimentos de bilhões no aumento de importações do gás boliviano e a decidirem redirecioná-los para Chile e Uruguai.

Em decorrência disto, são evidentes os prejuízos financeiros da Petrobrás e a crise de abastecimento gerada no Brasil. Porém, ambos são apenas problemas de curto-prazo. A recente descoberta de novas reservas de gás natural em São Paulo contribuiu para o otimismo acerca da possibilidade de auto-abastecimento no Brasil.

Já os prejuízos para a própria Bolívia são de mais longo-prazo: o gás que a Petrobrás importa é o único meio que garantiria a esse país um ingresso importante e contínuo de recursos. Caso a Petrobrás reduza sensivelmente suas compras de gás boliviano, a economia local corre o risco de entrar em colapso, já que a Argentina não é mais um cliente de tanto peso, o estanho perdeu sua importância, e o comércio de coca é extremamente dificultado por pressões do governo norte-americano. "Bolívia is losing a real window of opportunity. Instead of

using that window to lock in long-term contracts, we're watching it slip away.” declarou Carlos Alberto López, consultor das indústrias de gás e petróleo e ex-ministro de energia.

Apenas para ilustrar a importância dos investimentos estrangeiros na Bolívia, na década de 90, os investimentos externos nesse país saltaram de US\$ 200 milhões para quase US\$ 1 bilhão ao ano, o que contribuiu para pôr fim à hiperinflação. Só no período de dois anos, de 1998 a 2000, quando o gasoduto da Petrobrás passou a funcionar, o petróleo e o gás passaram de 1,5% a 5% do PIB.

Um fato curioso é que quando se trata de assuntos brasileiros somos nacionalistas e criticamos as empresas estrangeiras que vêm explorar nossas riquezas. No caso boliviano, nossa perspectiva é oposta. O brasileiro tem se perguntado como os bolivianos podem rejeitar os investimentos da Petrobrás, já que têm tanto a perder com isso, e tem chegado, assim, a conclusões equivocadas sobre o conflito: de que não seria, na verdade, econômico, mas sim de cunho basicamente cultural e identitário. Entretanto, um olhar estrutural sobre ele nos indica que antes de ser gerada por questões culturais e de identidade, a crise boliviana tem como causa primeira as questões econômicas.

Os bolivianos não acham que têm mais a perder do que a ganhar com a expulsão das multinacionais do país. Se achassem estariam tomando atitudes irracionais. Eles, de fato, acreditam que o país será mais beneficiado se puder usufruir dos lucros integrais da exploração das riquezas naturais do país – no caso o gás natural – crença que muitas vezes também movem os brasileiros e demais latino-americanos a protestarem contra o neoliberalismo e a defenderem o nacionalismo econômico - protecionismo e fortes barreiras comerciais.

Falta nesta região a percepção de que os insucessos econômicos desses países não têm como principal responsável o liberalismo, mas sim os problemas de corrupção, a falta de transparência e estabilidade governamental, a ausência de regras que estimulem os investimentos no país e diminuam os incentivos à fuga de capital financeiro e humano, entre outros. Além disso, falta ainda o entendimento de que os maiores beneficiados com o protecionismo e com uma economia fechada seriam os setores com maior poder de barganha política no país e não a sociedade como um todo. Assim, a negligência desses aspectos tem como consequência o entendimento limitado da crise boliviana, a identificação equivocada de suas causas e de seu período de duração e, por conseguinte, pode levar à sua aparente superação sem que com isso o país logre o que realmente almeja – o fim das desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico.